

Historiografia do Pensamento Econômico Brasileiro: o CEBRAP e seus limites

Daniel de Pinho Barreiros

Doutor em História UFF.

Prof. do Instituto de Economia da UFRJ.

RESUMO

A historiografia sobre o pensamento econômico brasileiro pós-1930 teve seus principais avanços no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980. Salvo exceções, o grosso desta produção toma como foco de análise as concepções defendidas pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Considerando que desde então não surgiram novos trabalhos de grande envergadura com caráter revisionista, o estado das artes neste campo ainda é orientado, em larga medida, por categorias cebrapianas, e ainda mais importante, pela visão que estes pensadores guardavam a respeito do papel transformador do CEBRAP no universo intelectual brasileiro. Desta forma, torna-se evidente nos dias atuais que a historiografia do pensamento econômico brasileiro encontra-se datada e fortemente comprometida pela militância de seus formuladores nas questões políticas de seu tempo. Este artigo tem como objetivo passar em revista sobre parte desta produção, comentar as limitações que este comprometimento impõe a uma história do pensamento econômico brasileiro, e indicar alguns caminhos possíveis para uma renovação neste campo do conhecimento.

Palavras-chave: pensamento econômico, CEBRAP, hard science, marxismo, historiografia

JEL-Words: N01, B24, B20, B51, B59

ABSTRACT

Considering that the most remarkable advances in the historiography of Brazilian economic thought took place in the decades of 1970-1980 under the influence of CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), and assuming the absence of new historiographic studies with a revisionist approach, the state-of-the-art in this field of knowledge is still marked by “cebrapian” categories. Moreover, it’s also marked by the way that CEBRAP intellectuals have understood the supposed “vanguardist relevance” of their own role in the Brazilian intellectual universe. The aim of this article is to overlook some of these historiographic studies so as to highlight how their conclusions are strained by the cebrapian way of thought. Furthermore, the present study intends to point out some crucial problems that should be avoided in updated studies in the history of Brazilian economic thought.

Keywords: economic thought, CEBRAP, hard science, marxism, historiography

JEL-Words: N01, B24, B20, B51, B59

A historiografia sobre a Economia Política Brasileira pós-1930 teve seus principais avanços no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980. Salvo exceções, o grosso desta produção toma como foco de análise as concepções defendidas pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) a respeito da economia brasileira e das

principais formulações teóricas a respeito dela, o que se explica sobretudo pela vinculação institucional de seus elaboradores com o próprio CEBRAP ou pelos laços intelectuais que mantinham com importantes cebrapianos. Considerando que desde então não surgiram novos trabalhos de grande envergadura com caráter revisionista, o estado das artes na História da Economia Política Brasileira ainda é orientado, em larga medida, por categorias cebrapianas, e ainda mais importante, pela visão que estes pensadores guardavam a respeito do papel transformador do CEBRAP no universo intelectual brasileiro. Desta forma, torna-se evidente nos dias atuais que a historiografia da Economia Política Brasileira encontra-se datada e fortemente comprometida pela militância de seus formuladores nas questões políticas de seu tempo. Este artigo tem como objetivo passar em revista sobre parte desta produção, comentar as limitações que este comprometimento impõe a uma História da Economia Política Brasileira, e indicar alguns caminhos possíveis para uma renovação neste campo do conhecimento.

Tomaremos como exemplo da influência do pensamento do CEBRAP nos estudos sobre a economia política brasileira os trabalhos de Guido Mantega (*A Economia Política Brasileira*) e Caio Navarro de Toledo (*ISEB: fábrica de ideologias*). Nos dois casos tratam-se de teses de doutoramento elaboradas entre meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, sob a forte influência do ambiente intelectual da esquerda democrática paulista (as primeiras defendida na Universidade de São Paulo – USP – e a última na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP), no qual o pensamento cebrapiano exercia, à época, um considerável peso. Nenhum dos trabalhos foi elaborado em cursos de pós-graduação em economia, estando vinculados ao campo das ciências sociais. Têm em comum a presença de cebrapianos nas bancas examinadoras. A tese de Mantega, que deu origem ao citado *A Economia Política Brasileira*, teve Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer como avaliadores. Cardoso orientou Mantega em sua dissertação de mestrado, além de terem convivido profissionalmente no próprio CEBRAP juntamente com Francisco de Oliveira, a quem Mantega atribui grande influência intelectual. Toledo, por sua vez, contou com a colaboração de Francisco Weffort.

Assim, a influência do CEBRAP na historiografia da economia política brasileira vai além de meras referências textuais. Era o próprio ambiente acadêmico paulista dos anos 1970 que estava impregnado de categorias cebrapianas, e mais do que

isso, da própria proposta teórica e metodológica do Centro. O fascínio que exercia sobre os jovens acadêmicos setentistas, a proposta de fundação de uma ciência social renovada e a postura de enfrentamento intelectual – e não partidário – contra o regime militar estão evidentes nos trabalhos de Mantega e Toledo. Tendo formação ligada em grande parte à Universidade de São Paulo, os intelectuais do CEBRAP levaram adiante a proposta de Florestan Fernandes – que exercia ascendência intelectual sobre a maior parte dos fundadores do Centro –, de romper com uma tradição ensaísta presente nas ciências sociais, ao incorporar na reflexão sobre os grandes temas brasileiros os marcos científicos presentes no pensamento sociológico mundial por meio da introdução do estudo dos clássicos da sociologia, especialmente Weber, Marx e Durkheim.

Ainda, os fundadores do CEBRAP foram formados dentro de uma perspectiva de “afastamento da ideologia”, e de adesão aos marcos da pesquisa empírica de alto nível. Isto significava abandonar um tipo de produção com marcos teóricos imprecisos, e baseada tão somente na especulação do intelectual, voltando-se para o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa prática que permitissem um maior rigor científico. A idéia representava, sobretudo, uma postura de enfrentamento intelectual contra o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e seu legado, baseado na difusão de uma “ideologia nacional”.

“É importante notar que o confronto entre o ISEB e a USP não se dava em torno de projetos societários diferentes, mas de estilos de trabalho intelectual: ensaísmo vs. rigor acadêmico, um discurso em novo do povo vs. discurso de competência científica; critérios de avaliação ética vs. critério de avaliação universal”¹.

O CEBRAP, assumindo sua tradição uspiana, pretendia prestar contas com o “passado populista” dando destaque a temas ligados à sociedade civil, desprivilegiando o Estado como ator principal, defendendo a especificidade da produção “científica” no conjunto da cultura e de outras formas de conhecimento e, finalmente, buscando uma análise social que fosse suficientemente expurgada de critérios ideológicos. Isto não significava, entretanto, que pretendesse o CEBRAP uma ciência “neutra”. A proposta era a de oferecer ferramentas para a reflexão e para a ação política com base não em

idéias apriorísticas, sem base objetiva – tal como afirmavam fazer o ISEB –, e sim, a partir da “ciência social renovada”, empírica, “científica” por definição ².

“Esta capacidade analítica se sustentou tanto na teoria marxista como numa atitude renovada em relação ao papel do cientista social. Embora desenvolvendo posições críticas e a defesa de valores como justiça social e democracia, as análises dos membros do Cebrap não procuram justificar estratégias partidárias específicas ou confundir-se com grupos ou classes sociais, afirmando a especificidade do conhecimento científico não subordinado a nenhuma doutrina ideológica ou linha partidária” ³

Para Mantega, é a idéia de conhecimento não-ensaístico, com rigor acadêmico, que define a fundação da própria economia política brasileira. Celso Furtado, com a publicação de *Formação Econômica do Brasil*, teria lançado o marco zero deste processo, na medida em que, pela primeira vez, um autor brasileiro traria a público um trabalho de grandes dimensões, fundamentado em consistente base teórica. Em suas palavras:

“Após muitos anos de análises parciais e fragmentadas sobre este ou aquele aspecto da economia brasileira, vinha a público um trabalho de fôlego que, respaldado num sólido arcabouço teórico, procurava concatenar os vários aspectos da dinâmica de nosso sistema econômico” ⁴.

E iniciada a trajetória histórica da economia política brasileira, o CEBRAP apareceria como formulador de avanços inovadores, baseados na pesquisa empírica, e que superariam todos os que lhe antecederam ao rejeitar o estagnacionismo e o “catastrofismo” presentes no pensamento da CEPAL, do PCB e de seus dissidentes, afirmando a possibilidade de desenvolvimento capitalista mesmo nos marcos da dependência externa ⁵.

Para Toledo, a maior fraqueza do ISEB consistiria dos limites de sua ideologia-síntese, cuja eficácia seria altamente questionável. Apontando o desligamento entre esta

ideologia e o mundo real, Toledo afirma que o ISEB teria sido tão mais eficaz e coerente em sua produção intelectual na medida em que submetesse sua ideologia ao rigor científico. O ISEB seria, assim, vítima de sua própria conduta, e daquilo que chamou de “ideologização da produção teórica”, ou seja, da hegemonia de princípios não-comprováveis sobre a teoria, e em especial, de interesses políticos. Assim, “(...) *cabará ao projeto ideológico, em última instância, privilégios e primazias desmesurados ao nível da produção teórica: poder de legitimar ou validar discursos e práticas objetivantes das ciências*”⁶.

O CEBRAP guardava uma relação forte, mas complexa, com a tradição marxista. O número inicial de intelectuais que formaria o Centro originou-se do chamado do “Grupo de Leitura de *O Capital*” (1958), que congregava jovens professores, em maioria vinculados à USP. Apesar de realizarem uma leitura de Marx anterior à difusão do pensamento de Gramsci no Brasil, a “descoberta” das dimensões política e cultural do processo de luta de classes, bem como as questões ligadas à relação entre a infra-estrutura e a super-estrutura permeavam as discussões do grupo. Esta influência foi claramente levada para o interior do CEBRAP, ainda que o Centro não tenha sido, a rigor, um pólo ortodoxo de defesa do marxismo. Muitas outras influências sociológicas se fizeram presentes nas reflexões elaboradas pelos cebrapianos, e mesmo o marxismo de que lançavam mão era claramente a de um marxismo anti-heterodoxo, privilegiando (especialmente ao final dos anos 1970) temas ligados ao chamado “marxismo ocidental”, em contraposição ao marxismo soviético. Assim, o CEBRAP assumiria o discurso predominante na esquerda sem subordinar suas análises ao debate ideológico corrente⁷.

Especialmente no que diz respeito aos debates sobre dependência econômica e desenvolvimento, os cebrapianos entravam em choque duplamente com a abordagem do Partido Comunista Brasileiro e da CEPAL. Questionavam a idéia de “imperialismo” como o exercício de coerção econômica externa sobre a “nação”, e enfatizavam o caráter fundamental dos condicionantes internos para o entendimento da inserção internacional de países periféricos como o Brasil. Ou seja, antes de entender o “imperialismo” como dominação unilateral, o CEBRAP identificava a atuação de setores internos que atuariam no sentido de estabelecer a ligação com os centros hegemônicos. Desta forma, as relações de dominação com o exterior se estabeleciam a

partir de condicionantes internos, que se expressavam, via de regra, pelo resultado do confronto entre os grupos sociais dispostos a uma integração internacional, e aqueles contrários. A presença do pensamento trotskista e a influência das idéias de Rosa Luxemburgo e de Hilferding marcaram a visão marxista do CEBRAP em torno da questão da dependência, sem no entanto hegemonizá-la. Sobre a abordagem da dependência, podemos dizer que

“ainda que a explicação teórica das relações entre fatores ‘internos’ e ‘externos’ permanecesse algo nebulosa, o argumento central questionava a perspectiva dominante na esquerda marxista, que entendia que a dinâmica do continente era determinada pelo imperialismo (...) e que este unificava e homogeneizava o destino do conjunto dos países”⁸.

Assim, é o pensamento cebrapiano, bem como seus valores e trajetória institucional, que surgem como “medida” para a validação dos programas de pesquisa na história do pensamento econômico brasileiro. Em alguns casos, a tomada do pensamento marxista heterodoxo como ponto de referência acena com a adoção de critérios falsificacionistas ligados à visão *hard* na ciência econômica, embora não seja próprio da tradição marxista este tipo de abordagem⁹. Isto significa dizer que os programas de pesquisa, as escolas de pensamento no conjunto da Economia Política Brasileira são vista sob o ângulo da “superação”, ou seja, se sucedem no tempo e são suplantadas em função de sua capacidade menor de expressar a realidade concreta, abrindo sempre espaço para uma corrente mais nova e mais próxima do “real”. E, não por coincidência, o pensamento do CEBRAP é visto como o “estado das artes” na Economia Política Brasileira, e o chamado “pensamento conservador” (ou “liberal” ou “neoliberal”) é desconsiderado, via de regra, como um interlocutor válido.

As raízes da Economia Política Brasileira, para Mantega, remontam, por um lado, ao pensamento estruturalista da CEPAL, e por outro, pelos esforços de teorização do PCB. Na controvérsia sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, entre as décadas de 1930 e 1960, caberia a estes dois programas de pesquisa – o estruturalismo e o marxismo da Terceira Internacional – o estatuto de “inovadores”. Pela primeira vez

teriam surgido formas de interpretação da economia brasileira que, incorporando com rigor acadêmico teorias consolidadas, buscariam uma interpretação original de fenômenos cujas idiossincrasias não permitiam um estudo bem-sucedido tomando por base aparato teórico tal como formulado em outras realidades sociais. A CEPAL, entendendo a importância do Estado como agente racionalizador da Economia, além de interventor direto no processo produtivo, com o fim de superar a “falta de capitalismo” que caracterizaria o dualismo subdesenvolvimentista, e o PCB, defendendo a tese da “agricultura semi-feudal” no Brasil, bem como a exploração imperialista, seriam bem sucedidos em oferecer uma visão coerentemente adaptada à realidade nacional.

Entretanto, para Mantega, a CEPAL teria incorrido no erro de entender o imperialismo como fenômeno comercial, sem implicações internas, demonstrara pouca preocupação com os aspectos político e social do desenvolvimento, e principalmente, teria ignorado a explicação sobre os processos de distribuição de renda. Subdesenvolvimento, nesta perspectiva, seria ausência de capitalismo, e não seu resultado direto, como pregava o CEBRAP. O fato de desconsiderarem a luta de classes, verem no Estado uma entidade supraclassista, e entenderem a possibilidade de harmonia entre a burguesia industrial e a classe operária demonstraria mais um ponto no qual o pensamento cepalino teria sido superado ¹⁰. Sua pouca preocupação com a questão concreta da distribuição de renda, considerando aí uma difusão “automática” dos bens pela sociedade na medida em que o crescimento se manifestasse, mostraria a

“adesão da CEPAL ao marco teórico fundamental da economia clássica ou neoclássica, cuja vertente liberal ela pretendia combater. Para ambas, o capitalismo é uma organização econômica que, com maior (para uns) ou menor (para outros) interferência do Estado, consegue atingir e difundir o progresso social” ¹¹.

No caso do PCB, sua adesão à “tese feudal” havia sido invalidada pelos avanços de Caio Prado Jr., especialmente em *A Revolução Brasileira* de 1966, onde demonstraria que, longe de ser a estrutura agrária brasileira de tipo feudal ou semi-feudal, teríamos no Brasil uma autêntica agricultura capitalista desde sua fundação, com base no capital comercial europeu no século XVI. Assim como no caso da CEPAL,

ficava claro que a situação de subdesenvolvimento não significaria a persistência de modos de produção não-capitalistas, e sim, a necessidade de reformas estruturais que conduzissem a uma sociedade de tipo novo. Em suma, os teóricos do “modelo de subdesenvolvimento capitalista”, tal como Prado Jr. e Andrew Gunder Frank, guardariam com os demais que lhes antecederam a semelhança de entenderem que as forças produtivas no Brasil estariam entravadas, conduzindo portanto a uma idéia de estagnação. A teoria de dependência do CEBRAP estaria, assim, no topo do processo de construção da Economia Política Brasileira, ao superar todos os programas de pesquisa anteriores e ao reconhecer que o desenvolvimento da acumulação capitalista continuava sendo possível, e provavelmente em escala acelerada, apesar de todos os chamados “entraves estruturais”.

“Ainda antes de começar o chamado ‘milagre econômico’, os principais teóricos da dependência renunciavam a possibilidade de um novo ciclo expansivo da acumulação de capital no Brasil, a partir de uma análise que privilegiava os condicionantes internos da dinâmica social, vale dizer, os interesses e a luta entre as principais classes constitutivas dessa sociedade(...)”¹².

A criatividade e capacidade de adaptação seriam, assim, elementos que definiriam a inclusão de um determinado programa de pesquisa no conjunto da Economia Política Brasileira. O pensamento cebrapiano estaria no topo desta cadeia, ao superar todos os demais em sua “predição” sobre o desenvolvimento com dependência. Ao pensamento “conservador” Mantega atribui grande falta de originalidade, em especial quando se refere à produção anterior aos anos 1970, fundamentalmente referindo-se à obra de Eugênio Gudín.

“Do ponto de vista teórico, a corrente liberalista não apresentava maior criatividade, limitando-se a repetir os velhos princípios da regulação automática do mercado, com sua alocação ótima de recursos e sublinhar a excelência da Teoria das Vantagens Comparativas”.

Assim, até os anos 1970, “(...) o pensamento conservador resumia-se às idéias neoclássicas de Eugênio Gudín e seus discípulos mais próximos que, como já foi dito, não chegaram a construir um modelo analítico original”¹³

Mantega é capaz de atribuir a paternidade da Economia Política Brasileira ao marxismo da Terceira Internacional, bem como à revisão neo-esquerdista de Prado Jr., mas não à “ciência econômica burguesa” de Gudín. Reconhece assim originalidade nos três primeiros, e não no segundo. A postura de Mantega é questionável se considerarmos, como o fez Ricardo Bielschowsky, os vários aspectos em que Gudín também foi bem sucedido em adaptar os princípios neoclássicos à economia brasileira.

“Este, por sua vez, teve a originalidade de repensar o livre-cambismo pela ótica especial dos países subdesenvolvidos. Dificilmente outro economista liberal de países atrasados terá feito, em plena década de 40, um esforço tão consistente como o de Gudín para readaptar os postulados clássicos às economias subdesenvolvidas(...)”¹⁴.

A aplicação do marxismo-leninismo da Terceira Internacional realizada pelo PCB fora dotada de um automatismo constrangedor, como se observa da “tese feudal” em Alberto Passos Guimarães, e mesmo o chamado “modelo de subdesenvolvimento capitalista”, no qual Caio Prado Jr. e Andrew Gunder Frank estariam incluídos, também não superam em muito uma aplicação direta do marxismo circulacionista norte-americano defendido principalmente por Paul Sweezy e Paul Baran, entre outros¹⁵. Assim, o critério da “originalidade” perde poder explicativo, e se considerarmos a trajetória de Mantega, vemos que as opções que assume para a paternidade da Economia Política Brasileira coincidem com as mesmas assumidas pelo CEBRAP para sua própria gênese, incluindo a própria matriz cepalina presente em pensadores como Fernando Henrique Cardoso e José Serra. Não esqueçamos que Francisco de Oliveira, em sua *Crítica à Razão Dualista*, lança mão de farto instrumental marxista, e reconhece na CEPAL o único interlocutor válido com o qual se dispõe a tratar, excluindo por definição qualquer

interação com o pensamento de intelectuais ligados ao chamado “campo conservador”¹⁶.

Para Toledo, também o marxismo acaba funcionando como “fio de prumo” da verdade, e o CEBRAP também aparece como grupo de intelectuais na fronteira do conhecimento. As teses do ISEB seriam falsas por não estarem de acordo com os princípios do programa de pesquisa marxista. O limite teórico para os isebianos estaria em sua desconsideração da existência de uma infraestrutura e de uma superestrutura, e das relações entre ambas. Não reconheceriam ainda o processo de gênese das ideologias em uma sociedade de classes, e seu conceito de “interesse nacional” seria um manto que ocultaria a existência de classes dominantes e de uma ideologia dominante, instrumento para a hegemonia da primeira. A relação entre ciência e ideologia não seria abordada pelo ISEB. A ideologia isebianas assumiria o lugar de ciência ao buscar desvendar o real sem critérios empíricos, tornando-se ao mesmo tempo instrumento de “ação” e de “conhecimento”. Os esquemas de estratificação social utilizados pelo ISEB seriam primários segundo Toledo, sendo as “classes” somente invocadas para justificar a idéia de “contradição dominante”, ou seja, a relação de subordinação entre o Brasil e os países capitalistas avançados. Os isebianos não definiriam a natureza das classes sociais por eles “teorizadas”, se seriam realmente classes ou estamentos, se os critérios econômicos seriam os únicos para defini-las, nem qual seria o papel da consciência de classe na sociedade. E, seguindo os princípios cebrapianos, a falta de pesquisa empírica, de rigor teórico, e o excesso de generalizações teria levado o ISEB a grandes dificuldades no emprego do conhecimento em prol da prática política¹⁷. Assim,

“(…) impossibilitados que estiveram os isebianos de constituir uma teoria crítica das ideologias – em virtude do conceitual teórico que operavam –, foram vítimas do processo de ideologização do pensamento; em outras palavras, foram incapazes de se livrar da ideologização da própria ideologia que buscavam produzir como verdade do momento histórico”¹⁸.

A década de 1960 teria proporcionado condições de submeter o ISEB ao seu teste final, no qual teria ficado comprovada a falsidade de suas premissas. A

continuidade do crescimento econômico em um contexto de acirramento da pressão imperialista provaria a falência do “velho nacionalismo” isebiano. A dependência para o ISEB teria tão somente um significado ideológico – alienação –, não contribuindo em nada para o conhecimento das relações econômicas objetivas. E confirma a invalidade do pensamento isebiano recorrendo ao CEBRAP:

“Uma certa parcela da atual sociologia latino-americana diria que os isebianos, ao ressaltarem as teses acima (...) não levaram na devida conta uma das ‘leis’ do capitalismo periférico: a plena compatibilidade entre dependência e desenvolvimento”¹⁹.

O ISEB representaria, por fim, tão somente uma expressão do idealismo de classe média, que ao pretender formular uma ideologia para toda a “nação”, somente estaria expressando idéias nos quadros do pensamento das classes dominantes.

“Na ausência da expressão e força política das classes trabalhadoras (...), procuraram os isebianos não apenas interpretar os interesses fundamentais das massas populares como também falar por elas (...) ao se permitirem embalar por falaciosas ‘alianças’ ficaram tais movimentos incapacitados de organizar as camadas populares e proletárias (...) para a realização de seus objetivos e compromissos históricos de classe”²⁰.

Vemos então de que forma a historiografia da economia política brasileira, representada nos dois importantes trabalhos citados, encontra-se ainda guiada pela visão cebrapiana, e em larga medida, submerge em um impasse teórico, superado em boa medida por Bielschowsky, ainda que reserve limites metodológicos destacáveis. Argumentos utilizados para “condenar” programas de pesquisa e ressaltar outros poderiam ser utilizados, nos dias atuais, para deslegitimar o programa cebrapiano, mas não acreditamos ser esta uma forma adequada de fazer avançar o conhecimento histórico a respeito do pensamento econômico brasileiro. Quando muito, a idéia de que as controvérsias no campo da economia podem ser resolvidas, seja por meio da retórica

ou pela “verificação positiva”, não é plausível, tendo em vista não existirem mecanismos universais pelos quais se possa atestar a veracidade ou falsidade de uma dada idéia. Assim sendo, consideramos inadequada a questão da “superação” de programas de pesquisa, premissa adotada tanto por Mantega quanto por Toledo, para o entendimento da História do Pensamento Econômico. Cada programa de pesquisa possui suas regras de validação e padrões retóricos próprios, o que torna o embate intelectual entre eles um diálogo de surdos, que via de regra vai resolver-se somente de modo reflexo, através da via política e de transformações sociais que não estão diretamente ligadas ao universo intelectual. Uma compreensão deste tipo permitiria um olhar mais rigoroso em relação às idéias de intelectuais usualmente tomados pela historiografia “tradicional” de forma simplista e militante.

¹ SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 25.

² SORJ, Id. *Ibid.*, pp. 11-16.

³ SORJ, Id. *Ibid.*, p.23.

⁴ MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 3a. ed. São Paulo / Petrópolis, Polis / Vozes, 1984, p. 11.

⁵ MANTEGA, Id. *Ibid.*, p. 16.

⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2a ed. Campinas, UNICAMP, 1997, p. 26.

⁷ SORJ, Op. Cit., pp. 19-20.

⁸ SORJ, Id. *Ibid.*, p. 23.

⁹ ARIDA, Pérsio. “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica”. IN: REGO, José Márcio (org). *Retórica na Economia*. São Paulo, 34, 1996.

¹⁰ MANTEGA, Op. Cit., pp. 41-42.

¹¹ MANTEGA, Id. *Ibid.*, p. 42.

¹² MANTEGA, Id. *Ibid.*, p. 16.

¹³ MANTEGA, Id. *Ibid.*, p. 12; p. 20.

¹⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do Desenvolvimentismo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995, p. 41.

¹⁵ BARREIROS, Daniel de Pinho. “A Tese do Capitalismo Colonial Brasileiro: Caio Prado Jr. e a teoria da modernização no Brasil”. IN: *Anais do Simpósio “Pensadores Latino-Americanos: a Política, a História, a Economia” - IX Congresso da SOLAR*. Rio de Janeiro, UERJ, 2004. CD-ROM.

¹⁶ OLIVEIRA, Francisco. *Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. 6a ed. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 10.

¹⁷ TOLEDO, Op. Cit., pp. 61-64; 133-136.

¹⁸ TOLEDO, Id. *Ibid.*, p. 61.

¹⁹ TOLEDO, Id. *Ibid.*, p. 179.

²⁰ TOLEDO, Id. *Ibid.*, p. 188.

Referências Bibliográficas

ARIDA, Pérsio. “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica”. IN: REGO, José Márcio (org). *Retórica na Economia*. São Paulo, 34, 1996.

BARREIROS, Daniel de Pinho. “A Tese do Capitalismo Colonial Brasileiro: Caio Prado Jr. e a teoria da modernização no Brasil”. IN: *Anais do Simpósio “Pensadores Latino-Americanos: a Política, a História, a Economia” - IX Congresso da SOLAR*. Rio de Janeiro, UERJ, 2004. CD-ROM.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do Desenvolvimentismo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995, p

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 3ª. ed. São Paulo / Petrópolis, Polis / Vozes, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. *Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. 6a ed. Petrópolis, Vozes, 1988

SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 25.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas, UNICAMP, 1997